

OS EFEITOS DE SENTIDOS DA LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL NO VÍDEO INSTITUCIONAL SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ana Cláudia Dias Ribeiro¹

Felipe Gonçalves Carneiro²

Introdução

O presente estudo visa analisar discursivamente o discurso do governo presente no vídeo institucional sobre a reforma da previdência, cujo tema se fixa em torno do seguinte enunciado: “Todos pela reforma da previdência. Todos pela Igualdade”. Abordaremos como ocorre o processo de construção de sentidos levando em consideração os efeitos de sentidos provocados pela linguagem verbal e não-verbal constante na materialidade do vídeo, na perspectiva da Análise de Discurso francesa, por meio dos estudos propostos por Eni Orlandi.

Na perspectiva da AD, nem os sujeitos nem os sentidos estão prontos e acabados. Ambos são construídos na relação constante do simbólico e da história (ORLANDI, 2015), ou seja, os sentidos não são imanentes. Assim sendo, a AD reconhece a existência de múltiplas linguagens, procurando entender seu funcionamento na produção de sentidos. Por meio do estudo do silêncio, visto pela ótica da AD, explicita uma importante diferença entre a linguagem verbal e não-verbal. Segundo Orlandi (2007) o silêncio tem muitas formas. Ela o dividiu em duas categorias: a) o silêncio fundador: a presença do não-dito; b) a política do silêncio: onde temos o b1, silêncio constitutivo em que para dizer é preciso não-dizer e b2, o silêncio como se local, que se refere à censura. Portanto, o silêncio é matéria significativa e possui primazia sobre as palavras. Não pode ser traduzido por elas, pois ele significa por si só.

A construção de sentidos não ocorre de maneira aleatória, a partir da reflexão sobre o silêncio pode-se perceber as relações que ocorrem entre a indistinção, a instabilidade e a dispersão no âmbito do discurso. Nesse sentido, para Orlandi:

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc e sua consistência significativa. (ORLANDI, 1995, p.39)

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína (TO). Professora efetiva do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO), campus PVH Zona Norte. Membro do Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD). E-mail: ana.ribeiro@ifro.edu.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína (TO). Professor efetivo do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus Araguaína. Membro do Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD). E-mail: felipegcarneiro@yahoo.com.br

Os sentidos se movimentam, o múltiplo e o incompleto se articulam na materialidade, portanto outros sentidos são sempre possíveis, e as várias linguagens são necessidades históricas que o homem é levado a significar.

A materialidade a ser analisada neste trabalho foi produzida para veicular na televisão, que é um tipo de mídia que funciona através da redução do não-verbal ao verbal, que por um efeito ideológico, produz um efeito de transparência de sentidos da informação e da estabilidade, de acordo com Orlandi (2005).

Para a AD a mídia funciona sob três mistificações. A primeira trata-se do mito da informação: na qual o verbal ganha legitimidade de interpretação, sobrepondo as outras linguagens, de acordo com um discurso já consolidado socialmente. O segundo mito é o da Ciência, na produção científica a linguagem não-verbal é diminuída para garantir a literalidade da linguagem. O último mito é do modo de relação do falante com a mídia, no qual o sujeito diante de um objeto simbólico é impelido a produzir sentidos, mas por um efeito ideológico ele é levado a crer que o sentido sempre esteve lá, como origem. Assim, produzindo um esquecimento de que tanto os sujeitos quanto os sentidos são construídos em relação com a historicidade. Para Orlandi “as palavras não são apenas nomes (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história.” (2005, p. 47)

Sujeito, discurso e Ideologia

O sujeito, ao se constituir como tal é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, tornando-se clivado, ou seja, dividido. Portanto, sem controle sobre seu dizer. Assim tudo que constitui o sujeito está na exterioridade que está “dentro”. “Entrar” na linguagem é constituir-se sujeito, numa relação com o outro e com a exterioridade, uma vez que a entrada no simbólico é contingente e sempre mediada com outro. Contudo, esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem de seu discurso.

O sujeito não tem controle sobre o que diz. Isso aponta para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, ocorrem duas constituições: na primeira, o sujeito é interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual e, na segunda, o sujeito é constituído de inconsciente, no entanto acredita estar o tempo todo consciente. Assim o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres.

Isso ocorre, segundo Pêcheux (1969), devido a dois tipos de esquecimentos. O “esquecimento nº 1” é decorrente da ideologia, ocorre, quando o sujeito acha que seu dizer tem origem em si. Esse apagamento ocorre por conta da ideologia e do inconsciente que apaga tudo que não pertence a sua formação discursiva. Enquanto isso, o “esquecimento nº 2” ocorre, quando o sujeito produz a enunciação de uma maneira e não de outra, quer dizer seleciona determinados dizeres e “apaga” outros.

Para Althusser (1980) a ideologia tem existência material, diferente da visão de senso comum que a concebe como ideia. Segundo ele “a ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito rugindo em consciência segundo a sua crença”. (ALTHUSSER, 1980, p. 90).

Veja como Foucault concebe o discurso:

não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo produz-se como efeito de em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2012, 57-58)

Para Foucault, a relação de verdade, ocorre no discurso, de forma ligada a sistemas de poder que a produzem e a feitos de poder que induzem sua reprodução. E o poder, para esse autor, é uma prática social constituído historicamente. Dessa feita, a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. (FOUCAULT, 2012, p. 18)

Para a AD, a ideologia é, portanto, um mecanismo de funcionamento de construção e de constituição de sentidos, sendo que a ideologia se materializa por meio da língua. A AD se interessa pelo homem falando, ou seja, pelo discurso. Entendido, neste campo teórico como a palavra em movimento, portanto, procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Portanto, a ideologia constitui-se como conceito fundamental, já que alia o linguístico ao sócio histórico, sendo ela responsável pela própria constituição do sujeito e dos sentidos.

Efeitos do verbal sobre o não-verbal, no vídeo institucional sobre a reforma da previdência

Nessa análise, buscamos relacionar os efeitos da linguagem verbal sobre a não-verbal, presente no vídeo institucional sobre a reforma da Previdência do Governo Federal, veiculado na televisão a partir de 17 dezembro de 2017. Trata-se de uma campanha publicitária (com duração de 1 minuto e 18 segundos) lançada pelo governo de Michel Temer (2017) em busca do apoio da população em relação à reforma da Previdência.

A mídia televisiva, tenta silenciar o não-verbal, por meio de um processo parafrástico, em que o textos verbais disciplinam a interpretação da imagem. O vídeo em análise encontra-se organizado em plano-sequência no qual a narrativa se desenrola em um único plano, sem cortes. No cenário, foi utilizado um recurso chamado, pela cinematografia, de *background* que consiste num fundo escuro, onde incide a luz sobre o personagem sobre quem se está falando, causando um efeito de dramaticidade. Além disso, o plano de enquadramento utilizado foi o plano médio, que consiste em focalizar o personagem na altura da cintura para que o ator apareça maior e mais presente. Dessa maneira, favorecendo mostrar de forma mais aproximada a expressão dos atores e o apelo dramático.

Os personagens não falam, uma voz em *off*, recurso em que o narrador faz o registro, mas que não aparece no quadro/enquadramento, vai apresentando os dois que vão aparecendo alternadamente. Ambos se chamam João, são formados em direito, têm 60 anos. Porém as semelhanças terminam aí. A escolha do

nome também significa, pois é um nome simples e bastante comum no Brasil. Assim, favorece a identificação por meio do interlocutor.

Nessa materialidade, o conjunto de recursos acima descritos, constituintes da linguagem não-verbal, são apagados, reduzidos a um mero complemento da linguagem verbal, uma vez que as imagens são traduzidas pelo narrador em *off* que impõe o sentido a elas, ou seja, o verbal se sobrepõe ao não-verbal. Dessa forma, permitindo, inclusive, ao espectador televisivo, apenas ouvir o enunciado (sem vê-lo) sem que isso cause prejuízo à apreensão do que o vídeo transmite.

Ao final do vídeo temos o seguinte enunciado:

“TODOS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. TODOS PELA IGUALDADE” de forma a sintetizar o apelo que é efeito no anúncio em questão.

Vamos iniciar a análise pelo enunciado que fecha o vídeo. Trata-se de um anúncio publicitário institucional, ou seja, o enunciador é o governo federal (representado na época pelo então presidente da república Michel Temer), que se dirige aos seus interlocutores, o povo brasileiro. Temos nesse caso dois sintagmas nominais.

A nominalização é um processo que consiste tomar uma classe gramatical qualquer e transformá-la em substantivo. O verbo “reformatar”, do enunciado citado, encontra-se nominalizado para “reforma”, desse modo não desempenha mais a função de núcleo da oração, pois a carga semântica agora incide sobre o fato que foi nominalizado, provocando um efeito de “virtualização” dos agentes. Quanto ao uso do pronome “todos” que embora, seja um pronome indefinido, aqui assume uma identidade, assim esses “todos” pode se referir aos interlocutores do enunciado. O enunciador convida a população a se engajar nessa proposta, a se incluir nesse “todos”. Ao transformar o sintagma nominal apresentado em sintagma verbal tem-se: “Todos vamos reformar a previdência”. Ao substantivar o verbo produz-se um efeito de sentido que joga/transfere a ação de reformar para os interlocutores, que passam a ser os agentes “virtuais”.

Ao considerarmos o vídeo como um todo, teremos outra possibilidade, o “todos” estaria se referindo às pessoas que trabalham na iniciativa privada. O pronome “todos” é repetido no segundo sintagma nominal. Assim, se os interlocutores que se posicionarem a favor da reforma da previdência, estarão, por conseguinte a favor da igualdade. No entanto, pode-se jogar com esse enunciado no plano da dispersão, possibilitando a construção de outros sentidos, pois, embora de todo dizer possua sempre algo que se mantém, situado no plano da memória ou já-dito, promovendo a estabilização dos sentidos, a linguagem não é transparente, está sujeita a falhas e rupturas. De acordo com Orlandi (2015, p. 35) “é porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem”.

Para efeito de convencimento, o sujeito pode se colocar no lugar de seu interlocutor para regular sua argumentação e escolher seu discurso, de acordo com o efeito que deseja produzir. No vídeo, ao colocar em comparação dois sujeitos, diferenciando-os quanto ao vínculo empregatício e chamando o sujeito que é servidor público de privilegiado, o discurso aciona a memória do interlocutor, relacionando-o a

outros discursos proferidos anteriormente. É, para a AD, o chamado interdiscurso, que ultrapassa a materialidade linguística, levando a considerar o não explícito para buscar a ideologia presente no enunciado, que vem

(...) pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. (ORLANDI, 2015, p. 30).

Em 1989, o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello prometeu uma verdadeira caçada aos “Marajás”, palavra esta utilizada para se referir aos funcionários públicos, então tidos como privilegiados. Nesse sentido, observa-se que esse discurso de que os funcionários públicos são privilegiados ressurgiu no governo Temer e foi retomado agora.

O funcionalismo público é visto como responsável pelo (suposto) déficit na previdência social. A peça publicitária, portanto, evidencia que o modelo atual de previdência beneficia mais os trabalhadores de renda mais alta e de emprego formal por mais tempo, cujo valor do benefício é maior.

Existe, ainda, no enunciado, uma generalização, causada por um efeito metonímico (parte pelo todo) usou-se o caso de um servidor público específico do judiciário, provocando o entendimento de que todos os servidores públicos se aposentam cedo e ganham salários em torno de 35 mil reais. Segundo a Secretaria da Previdência (2017), as maiores aposentadorias estão no legislativo/MP (congresso nacional), judiciário e militares/MP. Dessa maneira aqueles trabalhadores que são da iniciativa privada, que ganham bem menos, se identificar-se-ão com “todos” do enunciado e se colocarão a favor da reforma.

Nesse contexto, é importante verificar que nenhum discurso é construído aleatoriamente, ao contrário podemos observar: “... que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 2012, p.8-9).

Além disso, não se pode deixar de mencionar, são as relações de forças que dizem respeito ao “lugar a partir do qual fala o sujeito e é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2001, p.39), ou seja, as palavras produzem sentidos diferentes dependendo do lugar que o sujeito ocupa, de acordo com as relações hierarquizadas, que constituem a sociedade. O fato de ser uma campanha publicitária advinda do governo produz para o interlocutor um valor de verdade.

Algumas considerações

Para a AD, os sentidos das palavras se estabelecem em sua relação com as outras e dependem da formação discursiva. Portanto, o sentido da palavra privilégio, nesse enunciado, está inserido numa formação discursiva neoliberal, que vê os servidores público como gerador de problemas, como responsáveis pelo “rombo” da previdência.

No discurso, as formações discursivas podem pertencer a diferentes campos discursivos, que nos possibilitam fazer recortes. Por exemplo, no discurso político podemos fazer a opção pelo discurso de direita ou de esquerda. Essas formações discursivas em conflito estão relacionadas às formações ideológicas: ocasionando que um sujeito se identifique como esquerdista e servidor público, defenda a reforma da previdência tal como está posta pelo governo neoliberal.

No âmbito da AD é ponderado que a ideologia é quem interpela os indivíduos, tornando-os sujeitos com uma determinada posição social que é efêmera e vai depender de onde eles se inserem nas práticas dos vários Aparelhos Ideológicos de Estado. Na última década, mais do que nunca, as redes sociais, que também são aparelho ideológico do estado, estão sendo utilizadas como importante meio de divulgação da ideologia, onde os políticos e órgãos governamentais possuem contas alimentadas cotidianamente para possibilitar o contato mais direto com a população.

Um enunciado se constrói através do jogo entre o dito e o não-dito, por meio do qual o enunciador antecipa um conteúdo, no entanto ele não tem controle sobre ele, pois um mesmo enunciado poderá provocar diferentes construções de sentidos, em virtude de suas várias possibilidades de leitura. Visto que a ideologia está diretamente ligada à interpretação, pois atesta a relação da história com a língua, sendo constitutiva tanto do sujeito quanto da produção de sentidos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. (Trad. Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro). Lisboa: E. Presença. Martins Fontes. Graal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- Orlandi, E. P. (2005). *Efeitos do verbal sobre o não-verbal*. RUA, 1(1), 35-47. <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638914>
- PORTAL, Paraná. *Propaganda sobre a Reforma da Previdência*. Youtube. Fev. de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cl-7H-_0JTk Acesso em 10 de maio de 2019.